



SUMÁRIO

1. DIREITO TRIBUTÁRIO	21
1.1 Conceito de Direito Tributário	21
1.2 Direito tributário e ciência do direito tributário	22
1.3 Denominação	23
1.4 Autonomia do direito tributário	24
1.5 Relação do direito tributário com outros ramos do direito	25
1.6 Direito tributário como ramo do direito público	27
2. O TRIBUTO	29
2.1 Conceito de tributo	29
2.2 Espécies de tributo	32
2.3 Natureza jurídica do tributo	33
2.4 Insuficiências do artigo 4.º do CTN	34
2.5 Fiscalidade e extrafiscalidade	35
2.6 Tributo e receita pública	37
2.7 Estado, atividade econômica e tributo	38

3. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	41
3.1 O Poder de Tributar	41
3.2 Poder de Tributar e os princípios constitucionais gerais	42
3.3 Princípio federativo e princípio da autonomia municipal	43
3.4 Princípio republicano	46
3.5 Princípio da separação dos poderes	46
3.6 Princípio democrático	48
3.7 Novos princípios que regem o Sistema Tributário Nacional	48
3.8 Limitações do poder de tributar: princípios e imunidades	53
4. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	55
4.1 Conceito	55
4.2 Características da competência tributária	57
4.3 Classificação da competência tributária	60
4.4 Competência tributária e capacidade tributária ativa	62
4.5 Competência tributária e competência para legislar sobre direito tributário	63
4.6 As normas gerais em matéria tributária e seu caráter de leis nacionais	66
4.7 Leis nacionais tributárias e reserva de lei complementar	67
5. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA	69
5.1 Princípio da legalidade: origem histórica e significado jurídico ..	69
5.2 Princípio da legalidade e princípio da reserva legal	70
5.3 Reserva legal absoluta e reserva legal relativa	71
5.4 Princípio da legalidade tributária como reserva absoluta de lei ..	72
5.5 Exigir tributo – Constituição e Código Tributário Nacional	74
5.6 A completude da lei tributária que institui o tributo	77
5.7 Aumentar tributo	79
5.8 Lei ordinária ou lei complementar?	81
5.9 Mitigações ou exceções ao princípio da legalidade	83

5.10	Medida provisória e princípio da legalidade	87
5.11	Obrigações tributárias acessórias e o princípio da legalidade ...	89
6.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE OU ISONOMIA TRIBUTÁRIA	93
6.1	Princípio republicano e isonomia jurídica	93
6.2	O princípio da igualdade tributária	94
6.3	Igualdade tributária e capacidade econômica	96
6.4	Princípio da igualdade e isenções	98
7.	PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	101
7.1	Isonomia e capacidade contributiva	101
7.2	O princípio da capacidade contributiva na Constituição de 1988	103
7.3	A expressão “sempre que possível”	104
7.4	Proporcionalidade	105
7.5	Progressividade	105
7.6	Seletividade	119
7.7	Capacidade contributiva, impostos regressivos e impostos fixos	123
8.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA	127
8.1	Princípio da segurança jurídica e a cláusula geral de irretroatividade	127
8.2	Princípio da irretroatividade tributária	128
8.3	A retroatividade das leis tributárias no CTN	132
9.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA	141
9.1	Segurança jurídica e previsibilidade: o princípio da não surpresa	141
9.2	O princípio da anterioridade na Constituição de 1988	142
9.3	Exceções ao princípio da anterioridade	151

9.4	Medida provisória e princípio da anterioridade	161
9.5	Princípio da anterioridade e questões conexas	167
10.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO CONFISCO	175
10.1	Tributação e propriedade privada	175
10.2	Conceito de confisco	176
10.3	O princípio tributário da vedação do confisco	178
10.4	Parâmetros de calibração: princípio da razoabilidade e proporcionalidade	180
10.5	Critérios para análise do confisco	181
10.6	Multas e vedação do confisco	183
11.	PRINCÍPIOS LIGADOS À FORMA FEDERATIVA DE ESTADO	187
11.1	Princípio da liberdade de tráfego	187
11.2	Princípio da uniformidade tributária ou geográfica	194
11.3	Princípio da não discriminação tributária em razão da origem ou destino	202
11.4	Vedação de caráter federativo da tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração e proventos dos agentes públicos	204
11.5	Princípio da vedação das isenções heterônomas	206
12.	IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	211
12.1	A competência tributária	211
12.2	Conceito	212
12.3	Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência	213
12.4	Regulação das imunidades tributárias	217
12.5	Interpretação das normas de imunidade	218
12.6	Imunidade tributária como direito fundamental do contribuinte e cláusula pétrea	220
12.7	Imunidade e responsabilidade tributária	221

12.8	Imunidade e obrigações tributárias	226
12.9	Imunidades genéricas e específicas	228
13.	IMUNIDADE RECÍPROCA	237
13.1	Fundamento e significado	237
13.2	Abrangência subjetiva	239
13.3	Abrangência objetiva	257
13.4	Exclusão da imunidade	259
14.	IMUNIDADE DAS ENTIDADES RELIGIOSAS E DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	269
14.1	Liberdade de crença	269
14.2	Imunidade das entidades religiosas e dos templos de qualquer culto	270
14.3	Finalidades essenciais	274
14.4	Entidade religiosa e exploração de atividade econômica	275
15.	IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES, ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES, INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	279
15.1	Introdução	279
15.2	Partidos políticos e suas fundações	281
15.3	Entidades sindicais dos trabalhadores	282
15.4	Instituições de educação e assistência social	284
15.5	Imunidade condicionada: ausência de finalidade lucrativa e requisitos de lei	286
15.6	Finalidades essenciais e exercício de atividade econômica	292
15.7	Imunidade específica das entidades de assistência social	295
15.8	Imunidade tributária e instituições de previdência social	298
16.	IMUNIDADE DOS LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E O PAPEL DESTINADO A SUA IMPRESSÃO. IMUNIDADE DOS FONOGRAMAS E VIDEOFONOGRAMAS MUSICAIS PRODUZIDOS NO BRASIL	305

16.1	Liberdade de expressão e imunidade dos veículos de comunicação	305
16.2	A interpretação da palavra “livro”	309
16.3	Os insumos	313
16.4	Empresas de rádio e televisão	316
16.5	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil	317
17.	IMPOSTOS	321
17.1	Espécies de tributos	321
17.2	A Constituição e os impostos	322
17.3	O Código Tributário Nacional e a definição dos impostos	324
17.4	Conceito de imposto	325
17.5	Princípio da não afetação das receitas provenientes de impostos	329
17.6	Classificação dos impostos	334
17.7	A competência para a instituição de impostos	337
18.	TAXAS	349
18.1	A taxa como tributo vinculado	349
18.2	Taxa e atividade estatal	350
18.3	A competência comum para a instituição de taxas	353
18.4	A base de cálculo das taxas	354
18.5	Base de cálculo das taxas e o princípio da capacidade contributiva	358
18.6	Vinculação do montante arrecadado	361
18.7	Taxa de polícia	365
18.8	Taxa de serviço	373
18.9	Taxa e tarifa	383
19.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	389
19.1	Conceito e características gerais	389

19.2	Fato gerador	393
19.3	Obras públicas que autorizam a instituição do tributo e a zona de influência	395
19.4	Limites para a cobrança: total e individual	398
19.5	Base de cálculo a alíquotas progressivas	400
19.6	Sujeito ativo e sujeito passivo	402
19.9	Requisitos para a cobrança	403
19.10	Lançamento	405
20.	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	411
20.1	Natureza jurídica tributária	411
20.2	O empréstimo compulsório na Constituição de 1988	412
20.3	Situações que autorizam a instituição do tributo	414
20.4	Vinculação dos recursos arrecadados	417
20.5	Materialidade da hipótese de incidência: qual é o fato gerador do empréstimo compulsório?	418
21.	CONTRIBUIÇÕES	421
21.1	Natureza jurídica tributária	421
21.2	Conceito	423
21.3	Áreas de atuação	424
21.4	Formas de atuação	428
21.5	Vinculação do produto da arrecadação	430
21.6	Desvinculação das receitas da União (DRU)	433
21.7	Competência	436
21.8	Regra-matriz de incidência	438
21.9	Imunidade específica na exportação e oneração das importações	443
21.10	Contribuição de interesse das categorias profissionais ou econômicas	447
21.11	Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) ...	463
21.12	Contribuições sociais	476

21.13 Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP)	510
--	-----

22. CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL 517

22.1 Fundamento constitucional e natureza jurídica do CTN	517
22.2 O artigo 146 da Constituição Federal	522
22.4 O caráter de lei nacional do Código Tributário Nacional	532
22.5 Normas gerais e competência legislativa concorrente	533

23. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 541

23.1 Apresentação do tema	541
23.2 Fontes do direito tributário	541
23.2.1 Instrumentos normativos primários	542
23.2.2 Instrumentos normativos secundários	565
23.3 Vigência da legislação tributária	572
23.4 Aplicação da legislação tributária	580
23.5 Interpretação e integração da legislação tributária	582

24. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 599

24.1 Apresentação do tema	599
24.2 Obrigação tributária	601
24.3 Fato gerador da obrigação tributária	609
24.4 Sujeito ativo da obrigação tributária	639
24.5 Sujeito passivo da obrigação tributária	652
24.6 Solidariedade tributária	657
24.7 Capacidade tributária passiva	667
24.8 Domicílio tributário	670

25. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA 677

25.1 Conceito de responsabilidade tributária	677
25.2 Espécies de responsabilidade tributária	681
25.3 Responsabilidade por substituição	683

25.4	Responsabilidade por transferência	692
25.5	Responsabilidade por infrações	738
26.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO	753
26.1	O crédito tributário	753
26.2	O lançamento tributário	759
26.3	Lançamento por declaração ou misto: artigo 147 do CTN	779
26.4	Lançamento de ofício ou direto	784
26.5	Lançamento por homologação ou autolancamento	788
26.6	Constituição do crédito tributário por ato do sujeito passivo: Súmula 436 do STJ	796
27.	SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	799
27.1	A suspensão da exigibilidade	799
27.2	Moratória	807
27.3	Depósito do montante integral	818
27.4	Reclamações e recursos administrativos	824
27.5	Liminar em mandado de segurança	827
27.6	Liminar ou tutela antecipada em outras ações judiciais	830
27.7	Parcelamento	832
28.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	839
28.1	Extinção do crédito tributário	839
28.2	Pagamento	844
28.3	Compensação	879
28.4	Transação	883
28.5	Remissão	886
28.6	Decadência e prescrição	892
28.7	Conversão do depósito em renda	913
28.8	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento ...	915
28.9	Consignação em pagamento	915

28.10	Decisões administrativa e judicial definitivas	916
28.11	Dação em pagamento de bens imóveis	918
29.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	923
29.1	Significado	923
29.2	Isenção	925
29.3	Anistia	941
30.	GARANTIAS, PRIVILÉGIOS E PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	951
30.1	Introdução	951
30.2	Caráter não exaustivo das garantias	952
30.3	Regra geral relativa aos privilégios	954
30.4	Presunção de alienação ou oneração fraudulentas	958
30.5	Indisponibilidade de bens e direitos	961
30.6	Preferência do crédito tributário	963
30.7	Não sujeição a concurso de credores	967
30.8	Créditos tributários extraconcursais	972
30.9	Preferência do crédito em caso de inventário, arrolamento e liquidação de pessoa jurídica de direito privado	974
30.10	Exigência da prova de quitação de tributos	979
31.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	985
31.1	Administração Pública e Administração Tributária	985
31.2	Dispositivos constitucionais aplicáveis à Administração Tributária	988
31.3	Disciplina jurídica da fiscalização tributária	990
31.4	Acesso a informações de interesse fiscal	993
31.5	Princípio documental	996
31.6	Dever de prestar a informações	997
31.7	Sigilo fiscal	1002

31.8	Permuta de informações e assistência mútua	1009
31.9	Auxílio de força pública	1011
31.10	Dívida ativa	1013
31.11	Certidões negativas	1021
31.12	Disposições finais e transitórias	1027
32.	ASPECTOS GERAIS DA REFORMA TRIBUTÁRIA	1033
32.1	Introdução: o IVA como inspiração	1033
32.2	Federalismo brasileiro e tributação de produtos, mercadorias e serviços	1034
32.3	O sistema de não cumulatividade	1035
32.4	A simplificação tributária	1040
32.5	As regras-matrizes do imposto sobre bens e serviços (IBS) e da contribuição sobre bens e serviços (CBS)	1044
32.6	O arcabouço normativo do IBS e da CBS	1049
32.7	O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) ...	1056
32.8	Regimes específicos de tributação	1061
	32.7.1. PLP 108/2024 e a instituição do comitê gestor do IBS.....	1061
32.9	Aspectos circunstanciais da reforma tributária	1065
32.10	Repartição das receitas tributárias	1068
	REFERÊNCIAS	1081